

ISSN 1518-3157



BOLETIM 02
Abril 2007

APRENDER E ENSINAR
NAS FESTAS POPULARES



Secretaria
de Educação a Distância

Ministério da
Educação



Aprender e ensinar nas festas populares

Jadir de Morais Pessoa¹

O homem, “em sua verdadeira essência, é um homo festivus”, diz Havey Cox (1974, p. 20), colocando, nessa nossa caracterização identitária essencial, o cultivo dos folguedos, das aspirações visionárias e da capacidade de fantasiar. Sem isso seríamos reduzidos a uma “tribo de robôs”. Como atestam os mais diferentes tipos de registro, provavelmente todas as civilizações conhecidas fizeram ou ainda fazem festa. “Tendo sido formado por uma fabulosa mistura de povos milenares e festeiros, como o indígena, o europeu e o negro vindo à força da mãe África, o Brasil não poderia fugir a essa universalidade da festa. Fazemos festa por todos os motivos e, quando não os temos, inventamos” (Pessoa, 2005, p. 32).

Em outros momentos da marcante obra de Cox (1974), a festividade aparece como “dizer sim à vida” (p. 27). Embora todos a tenham, “a habilidade de celebrar descontraidamente é mais encontrada entre as populações a quem não é estranho o sofrimento nem a opressão” (p. 29).

Por isso, estamos falando da importância da festa e, mais especificamente, da festa pensada como experiência educativa, no contexto das camadas mais pobres da sociedade brasileira – dos trabalhadores rurais e urbanos, das populações “subalternas”, etc. Ou seja, o programa Salto para o Futuro detém seu olhar desta vez sobre as festas populares, entendendo-as como momentos privilegiados nos quais as populações rurais, as populações das pequenas cidades e as populações das periferias das grandes cidades brasileiras interrompem sua rotina de trabalho e de lida da casa para “festar” com os vizinhos, amigos, co-participantes da mesma crença e das mesmas tradições. No dizer da maioria dos antropólogos, dentre eles Carlos Rodrigues Brandão (1981, p. 30), a festa é um tipo de ritual. E para outra antropóloga, Mônica Wilson (apud Turner, 1974, p. 19), “os rituais revelam os valores no seu nível mais profundo (...) os homens expressam no ritual aquilo que os toca mais intensamente”.

Desse modo, quando uma criança está em uma roda de Congo olhando como se toca uma “casaca”, com a convicção de que, assim que lhe for dada ocasião, saberá fazer o mesmo som, ou quando outra criança, não mais do litoral capixaba, mas do interior de Goiás, abstrai-se do conjunto da cantoria de uma Folia de Reis e se fixa nos movimentos do folião que bate a “caixa”, igualmente com a certeza de que um dia também repetirá a mesma cena, o que ocorre, nos dois casos e em uma infinidade de outros semelhantes, é uma “situação de aprendizagem”. O termo é de Carlos Brandão, mas já em outro texto, o seu tão reeditado O que é educação. Isso é uma verdade que salta aos olhos. Toda vez que vemos uma Congada, uma Folia de Reis ou do Divino, um grupo de dançadores de Jongo se apresentando, vemos sempre à volta meninos e meninas absortos em cada gesto e palavra, procurando uma oportunidade de se fazerem aprendizes daquele ritual ou daquele auto popular. Para a nossa felicidade enquanto praticantes – como sou folião de reis –, quase sempre algumas crianças estão olhando e querendo aprender, enquanto que outras já estão inseridas no grupo, tornando muito concretas as possibilidades de continuidade de cada grupo e da crença e da tradição que ele expressa e que o fundamenta.

Há também, nesses casos, outra aprendizagem que nem sempre é tão aparente assim, mas que se reveste de muito mais profundidade e importância na compreensão das festas populares. Para tentar explicitá-la, volto ao pensamento de Mônica Wilson acima assinalado. As pessoas e grupos populares não têm como primeira forma de expressão o domínio da escrita. Seus textos são escritos em forma de dança, de cânticos rimados para facilitar a memorização, são troças, lendas, ditados, com muita, mas muita comidinha gostosa. É dessa forma que o povo escreve suas memórias, seus valores, seus códigos de regras, suas crenças, suas angústias pelo árduo trabalho, suas esperanças e fantasias. Os ingredientes que compõem a festa popular são também textos por meio dos quais a gente simples manifesta tudo aquilo que lhe toca mais profunda e intensamente.

Por isso, uma criança ou adolescente aprendendo a tocar um instrumento ou ensaiando um passo numa dança, para também fazer parte da festa da sua família, vizinhança ou comunidade, é uma pessoa que está aprendendo, assimilando uma compreensão de mundo e buscando uma forma de nele se inserir. É dessa forma que bumbeiros, congadeiros, foliões,

jongueiros compreendem a sua condição de camadas subalternas, mas têm a convicção de que podem tornar essa condição, no mínimo, suportável e, se possível, também amenizá-la e até transformá-la. Participar de um ritual ou de uma festa supõe fazer a sua parte, sempre intercalada com a parte do outro, ou dos outros. E isso tem muita importância, em se tratando de educação. A vida também é assim: supõe diálogo, cooperação, esperar a vez do outro, acreditar no outro. Ninguém é tão pobre e impotente diante da vida que não lhe possa acrescentar um pouco de encanto. Ninguém é tão seguro e auto-suficiente para poder encantá-la unicamente com suas forças e seus conhecimentos.

Conseqüentemente, podemos pensar a festa como uma grande escola, na qual se aprende, antes de outras tantas coisas, como a vida em sociedade acontece – seus valores, seus conflitos e suas possibilidades de interação e sociabilidade. “Enquanto ritual, a festa reproduz de forma simplificada a sociedade que a produziu; ela desenvolve uma espécie de pedagogia social”, diz Ribeiro Júnior (1982, p. 42) citando Ecléa Bosi. Uma criança que começa a freqüentar uma festa começa, pois, a descobrir o que terá que fazer para melhor se inserir na vida em sociedade.

Ocorre que a festa não é feita só de pétalas de rosas. Já que ela é uma representação da vida em sociedade, entre seus componentes imprescindíveis está a conflitividade, diz ainda Ribeiro Júnior (p. 45-48). A luta pelo exercício do poder perpassa todas as instituições da sociedade e não seria diferente com a festa. Também não podemos pensar uma festa de 30 anos atrás sendo repetida hoje da mesma maneira. A história muda, as pessoas incorporam novas visões de mundo e, por isso, “a cultura é dinâmica”, lembra o antropólogo Roque Laraia (1986, p. 98-99): “os homens, ao contrário das formigas, têm a capacidade de questionar os seus próprios hábitos e modificá-los”.

Recentemente tentei explicitar essa dinâmica da cultura, ao tratar especificamente das festas populares, da seguinte forma:

A dimensão educativa da festa expressa-se, especialmente, numa ambigüidade que lhe é intrínseca: a festa visa marcar em cada membro do grupo social os seus valores, as suas

normas, as suas tradições; ao mesmo tempo em que se transforma sempre num grande balcão, numa grande demonstração das inovações, das mudanças, das novas descobertas, das novas concepções e, porque não dizer, da fecundidade das transgressões. Festejar ou simplesmente festejar, como dizemos num genuíno "goianês", é, antes de tudo, aprender o quanto temos de riqueza e de sabedoria a preservar e, ao mesmo tempo, o quanto temos a aprender com as transformações da história, com a lenta mudança das mentalidades. Quem vai à festa tem a possibilidade de aprender que o que se sabe ainda não é tudo para se continuar a viver e a reproduzir as condições de sobrevivência. Há que se abrir para o novo que cedo ou tarde acaba chegando e preenchendo nossos espaços vitais, até mesmo os de nossa habitação. Mas na festa também se pode aprender que o novo, por mais irremediável que seja, precisa ser integrado à herança que recebemos, que foi e, em muitos casos, ainda permanece sendo reconstituída, reproduzida e ensinada por abnegados artistas e sábios conservadores da cultura popular. A festa popular é o grande e fecundo momento a nos ensinar que a arte de viver e de compreender a vida que nos envolve está na perfeita integração entre o velho e o novo. Sem o novo, paramos no tempo. Mas sem o velho nos apresentamos ao presente e ao futuro de mãos vazias (Pessoa, 2005, p.39).

Da mesma forma como tentei expressar em relação aos ofícios, especialmente aqueles que são tão caros à sobrevivência das comunidades populares (Pessoa, 2005, p. 55-74), as práticas educativas da escola têm muito a aprender com as festas populares. Para se conseguir “prender” a criança na escola e “prender” sua atenção no se quer ensinar, desenvolvem-se teorias e mais teorias pedagógicas, escrevem-se livros, o Ministério Público apresenta ultimatos aos pais e, ainda assim, essa presença ainda tem que ser barganhada por compensações financeiras às famílias (bolsa disso e daquilo outro). As festas populares não precisam de nada disso. As crianças e adolescentes as procuram, quase sempre, espontaneamente e, não raro, até às escondidas. Vão por um gosto pela música, pela dança, pela convivialidade ou, quem sabe, numa hipótese ainda mais otimista, por um sentimento de pertença. Como poderá a escola chegar a esse mesmo gosto e a esse mesmo sentimento? Longe deste pequeno texto as receitas! Os professores, que estão “com a mão na massa” e, ainda, que estão muito mais próximos de cada uma das diferentes realidades sociais e festivas, é que têm condições de responder a esta e a outras mais perguntas. Mas, pensando na inevitável indagação sobre o “como fazer”, seguem pelo menos três indicações substanciais.

A primeira é que a comunidade escolar tenha ocasiões concretas de conhecimento das festas, como elas realmente acontecem. Quem aprende, para depois passar a gostar, precisa aprender o certo, de preferência indo aonde um terno de Congada costuma dançar e celebrar, indo aonde uma Folia de Reis faz seu giro, ou indo aonde um grupo de vaqueiros (ou seus descendentes) faz uma Festa de Aboio. Assim acontecendo, os alunos e professores vão ter a oportunidade de compreender toda a fundamentação mítica, religiosa, artística, estética daquela festa. Esta primeira indicação pode acontecer, também, com um movimento inverso: a festa indo à escola. Nesse caso, esses componentes da fundamentação da festa vão estar irremediavelmente diminuídos, por se tratar não do acontecimento da festa, em data e local próprios, mas de uma apresentação excepcional da festa. Mas, pelo menos, alguns elementos da festa (história, dança, música, vestimenta) poderão ser vistos pelos alunos e explicados pelos próprios sujeitos que a constituem.

A segunda indicação é quanto à possibilidade de serem desenvolvidas, nas escolas, releituras ou recriações das festas populares, seja por grupos de teatro ou pelos próprios alunos. Aqui vale o alerta dos folcloristas, no sentido de que essas recriações são consideradas “para-folclore”. Ou seja, elas não são o fato folclórico em si, como no caso de um grupo de Reisado fazendo seu ritual próprio, sempre ensaiado, corrigido e avalizado por seus mestres, os guardiões daquela tradição. Mas, como o objetivo é sempre pensar sobre o que a escola e seus sujeitos podem aprender com a festa, a reprodução desta, mesmo se feita por outros sujeitos, pode ser de grande oportunidade. Recomenda-se, obviamente, que esses esclarecimentos sejam sempre feitos e que seja estimulado que, em outras ocasiões, as festas populares sejam conhecidas em seu ambiente e período próprios de realização.

A terceira e última indicação é que, por um ou por outro caminho, depois de conhecida, a festa seja tomada também como situação de potencialização (ampliação) do conhecimento sobre a diversidade cultural brasileira (por meio de discussões, debates, reflexões, entrevistas, encenações, atividades de leitura e escrita, etc.). Se as festas populares forem abordadas como momento de ócio, de lazer, de folga, de brincar, etc., já será um ganho, pois elas expressam a grande riqueza cultural de nosso país. Mas elas podem “dar” muito mais: elas podem contar, de diversas formas, em diversas linguagens, em múltiplas cores, como nos tornamos uma

nação e como o capital está querendo nos fazer crer que não somos mais uma nação. Se a escola tomar parte nesta dramática tensão e, em especial, na forma como a cultura popular a vivencia, aí o reconhecimento quanto ao seu papel de instituição produtora e reprodutora de conhecimentos, social e culturalmente referenciada, chegará à sua formatação mais completa.

Concluindo por uma perspectiva um pouco mais didática – como classificar e falar das festas populares – salta logo à mente a clássica divisão das festas em ciclos, sendo os mais citados: ciclo das festas natalinas, ciclo carnavalesco, ciclo quaresmal e ciclo das festas juninas. É inegável o quanto esta classificação ajuda a organizar nossa idéia sobre as festas existentes nesse imenso Brasil. Por isso, ela será levada em conta aqui, na organização dos cinco programas do Salto para o Futuro.

Entretanto, algumas razões me levam a pensar que a idéia dos ciclos é insuficiente para abarcar todas as nossas festas. Em alguma medida, podemos até dizer que ela engessa nosso raciocínio.

A primeira razão é que os ciclos se consolidaram por força da hegemonia religiosa e moral da Igreja Católica, impregnando as festas populares com a estruturação do ano litúrgico. Mesmo o ciclo carnavalesco, que é o mais “profano” dos quatro, também parte desta impregnação. Quando é que se dá o carnaval? Ninguém sabe. Ele não tem data fixa. Para se saber quando é o carnaval, a cada ano, é preciso saber primeiro quando é a Quarta-Feira de Cinzas, ou o início da Quaresma. Essa marca religiosa dos ciclos põe um problema até mesmo para as festas populares, que são profundamente identificadas com a devoção aos santos do catolicismo, especialmente no caso dos rituais afro-descendentes. Nas Congadas, Marujadas, Moçambiques, Catupés, etc., é tradicional o momento em que se canta e se dança à porta de uma igreja. É que houve um tempo em que era taxativamente proibido cantar e dançar do lado de dentro. Na Região Sudeste (RJ, ES, SP), onde ainda se verifica o Jongo, a maioria das paróquias proíbe os fiéis de freqüentarem as rodas dessa dança, com a justificativa de ser uma dança muito sensual.

Uma segunda razão é que, pelo Brasil afora, há uma infinidade de momentos festivos em torno da realidade do trabalho e das colheitas, o que nem sempre é captado pela idéia dos ciclos. Trabalho é o ano inteiro e o tempo da colheita depende de qual é a cultura em questão.

E, como foi dito antes da dinâmica da cultura, há que se pensar que as festas tradicionais da cultura popular também estão sendo afetadas pelas transformações da comunicação e pela reorganização do mercado. Nós, os antropólogos e os folcloristas, dizemos isso com um misto de satisfação e de pesar. Mostrar um acontecimento da cultura popular na televisão pode ter uma conseqüência ambígua. Pode ajudar a animar os seus praticantes a permanecerem ativos, pode animar outras pessoas a nele se inserirem, mas pode também transformá-lo em mercadoria. E aí as conseqüências, às vezes, são trágicas, pois o mercado não põe uma mercadoria à venda de qualquer jeito. Ele sempre vai querer apresentá-la à sua imagem e semelhança. Daí considerarmos, quanto aos meios de comunicação e ao desenvolvimento do turismo – os dois quase sempre conjugados –, que o maior risco enfrentado hoje pela cultura popular é a sua espetacularização. É preciso que todos os praticantes das festas e tradições populares tenham uma compreensão ampla e profunda desse processo. Seja lá como for, isso tem modificado profundamente o calendário das festas populares. Um grupo de Parafuso, ou um grupo de Jongu, ou um de Moçambique podem se apresentar em qualquer época do ano, inclusive fora do seu “território” de origem. A Folia de Reis, especialmente agora com a pulverização dos Encontros de Folias por todo o Brasil, já saiu de vez da rigidez do período natalino.

Com estas reflexões, sem nenhuma convicção de haver contemplado toda a nossa diversidade de festas, penso que os temas selecionados vão conseguir motivar e fundamentar cinco programas. São eles: Festas de Santos Reis, Festas Carnavalescas, Festas Juninas, Festas de Trabalho e Festas da Afro-descendência.

Uma última e necessária explicação é quanto ao componente indiscutível das culturas indígenas na formação da diversidade cultural brasileira. Sem dúvida, temos muitas influências indígenas nas festas populares. Exemplo: a Catira deriva de cateretê (dança aprendida pelos portugueses com os índios), depois catiretê e, finalmente, transformada em

Catira. Nas explicações sobre o Parafuso, aparece sempre que, embora tenha uma influência indígena, é uma dança que lembra os escravos se enrolando em panos brancos e andando em redor dentro dos canaviais, para que os capitães-do-mato pensassem ser fantasmas se movimentando nas noites de lua cheia, e a fuga não fosse interceptada. No Bumba-meu-boi, entre os componentes essenciais das alas ou quadros, há personagens indígenas. Só com esses exemplos, já se torna visível e expressiva a presença indígena em três dos temas selecionados.

Dessa forma a influência indígena, com absoluta segurança, estará presente nos cinco programas. Tomando como inspiração a linguagem dos PCN, as festas indígenas aparecerão, com inegável transversalidade, ao longo de toda a série.

Temas que serão debatidos na série *Aprender e ensinar nas festas populares*, que será apresentada no programa Salto para o Futuro/TV Escola/SEED/MEC de 9 a 13 de abril de 2007:

PGM 1 – Festas de Santos Reis

No primeiro programa da série, será debatido o ciclo natalino, que tem duas partes distintas: os rituais da liturgia oficial católica e ritos e festas promovidos quase sempre independentemente desta oficialidade. Nesta segunda parte, há uma inegável centralidade dos Reis Magos. Pastorinhas, presépios, folias são a eles devotados, predominante do dia primeiro ao dia 6 de janeiro de cada ano. Mas a devoção aos Reis Magos não se esgota na Folia de Reis. Seus ingredientes são de origem portuguesa e, no Brasil, desenvolveram-se no antigo “Corredor das Bandeiras” (SP, MG e GO), e se espalharam para outros estados como Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins. No Nordeste de Minas Gerais, no Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe são tradicionais os grupos de Reisado. Na Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul existem os Ternos de Reis. Estas são as manifestações da devoção, que contam com uma ocorrência maior de grupos e práticas nos estados citados. A devoção e as Festas de Reis já contam hoje com mais de 60 modalidades. Este ciclo de festas estará em debate no primeiro programa da série.

PGM 2 – Festas carnavalescas

No segundo programa da série, os debates terão como foco as Festas carnavalescas. É importante ressaltar que o carnaval está muito longe de ser a unanimidade brasileira, como se supõe em outros países. Em algumas partes das regiões Norte e Centro-Oeste, o carnaval vai muito pouco além de um feriado na folhinha de parede. Mas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, os festejos dos quatro dias de véspera da quaresma são vividos intensa e generalizadamente. Em grau um pouco menor, há outros estados em que também se podem contar muitos adeptos de Momo. Pretende-se discutir as dimensões educativas desses festejos, procurando abstrair um pouco o grau, às vezes exacerbado, de produto mediático e econômico que têm as festas carnavalescas. Desfiles de escolas de samba, trios elétricos e até mesmo a experiência dos blocos já foram visivelmente transformados em rentável mercadoria e isso também vale a pena ser discutido. Além disso, pretende-se mostrar pequenos blocos no nível das comunidades, numa festa em que os moradores fecham a rua e fazem o velho carnaval das marchinhas, sem virar notícia. Mesmo no Rio de Janeiro e em São Paulo, os blocos tradicionais ainda são verificados. Da mesma forma, no carnaval do Pernambuco, o Galo da Madrugada é um majestoso acontecimento mediático. Mas os velhos apreciadores também ainda vivem intensamente os pequenos grupos de frevo, os maracatus rurais, sempre no âmbito da comunidade, ensinando crianças e adolescentes. Estas festas carnavalescas são o foco do segundo programa da série.

PGM 3 – Festas juninas

O terceiro programa debate o ciclo das festas juninas. Em termos religiosos, ele é marcado, sobretudo, pelas festas de Santo Antônio, São João e São Pedro. Mas a Festa de São Benedito que, oficialmente, ocorre no dia 5 de outubro, em muitos lugares é incorporada também ao mês de junho. Aparentemente mais pagãs, situam-se também no mês de junho as festas do Bumba-meu-boi e suas inúmeras derivações (Boi-Bumbá - AM, Boi-de-Mamão - SC, e Boizinho - RS). Como elementos formadores do conjunto das festas juninas, destacam-se as tradições milenares em torno do solstício de inverno, aqui no Hemisfério Sul (dia 24, o dia em que o sol está mais a pino) e, no Hemisfério Norte, o solstício de verão. Em especial aparece a

figura do culto ao fogo (fogueira) para se garantir a fertilidade e a saúde. Há uma influência significativa também da Festa das Primícias judaica (primeiras colheitas), fazendo aparecer em nossas festas juninas a função marcante das comidas típicas da estação.

As festas juninas se vinculam às datas de santos do catolicismo oficial, mas esse ciclo foi apropriado pelo domínio popular, porque são festas que assumiram um caráter doméstico. Mesmo quando são festas “da paróquia”, o mastro e a fogueira trouxeram a festa para o terreiro – para o lado de fora da igreja. Na imensidão de festas, nesse período, destacam-se as fogueiras com batizados, simpatias casamenteiras e gente passando por sobre as brasas, com as comidas e bebidas típicas. Estas festas são o tema do terceiro programa da série.

PGM 4 – Festas de trabalho

Pelo trabalho o homem marca o meio físico onde busca satisfazer as suas necessidades. Por isso, os principais acontecimentos ligados ao trabalho também são ritualizados nos meios populares, fazendo emergir importantes momentos festivos, tais como: festas de colheitas, pousos de tropeiros, mutirões (puxirão, muxirão, adjutório, demão), mutirões de traição (ditos “treição” – um mutirão para o qual o dono do serviço não foi avisado), dança da enxada, canto das lavadeiras, canto das fiandeiras. Durante o trabalho, num dia de mutirão, sempre acontecem as cantigas de mutirão (“Brão”, na região de São Luis do Paraitinga-SP). Além disso, “uma coisa puxa a outra”, diz a sabedoria popular. Um dia de mutirão é sempre uma boa oportunidade para uma noitada de jogo de truco, danças variadas conforme o lugar (forró, vanerão, catira, cururu, siriri, etc.). Em muitos casos, o mutirão até é “inventado” como pretexto para essa divertida complementação. As festas de trabalho serão debatidas no quarto programa da série.

PGM 5 – Festas da afro-descendência

Sem nos esquecermos da dramaticidade dessa forma de exploração do trabalho humano, o trabalho escravo propiciou à formação cultural do Brasil importantes componentes da riqueza cultural africana. A casa-grande não conseguiu silenciar a senzala. A visão de mundo, a

religiosidade, a música, a dança, a vestimenta e a culinária dos negros resistiram aos séculos de opressão branco-européia de nossa Colônia e Império. E as nossas diversas formas de ser brasileiro foram todas impregnadas por esses componentes africanos. Vem daí a existência de um grande leque de festas e rituais em todas as regiões brasileiras. Muitas dessas festas constituíram-se na fusão da cultura negra com o catolicismo popular, como Congos, Congadas, Moçambiques e outros tantos. Em outras, permaneceu a base da própria religiosidade africana, como se verifica no Candomblé, Umbanda, Tambor de Mina. Em outros casos ainda, a resistência negra gerou manifestações que, de certa forma, desenvolveram-se à margem das práticas religiosas: Capoeira, Jongo, Parafuso (a dança da fuga), Lundu. Em todos esses casos há sempre uma diversidade de festas que garantem a reprodução da arte e das crenças africanas, formando gerações e gerações de adeptos que, às vezes, não compõem uma efetiva afro-descendência. Ou seja, mesmo que ao longo do seu desenvolvimento tenham ficado restritas aos de cor negra, muitas festas e rituais afro-descendentes vivem hoje uma alegre e criativa miscigenação. Esse último programa da série vai colocar em discussão as festas da afro-descendência, em que muitas vezes se misturam brancos e negros.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Carlos R. Cavalhadas de Pirenópolis. Goiânia: Editora Oriente, 1981.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

COX, Harvey. A festa dos foliões. Petrópolis: Vozes, 1974.

FREIRE, Paulo. Sociedade fechada e inexperiência democrática. In: Educação como prática da liberdade. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 65-83.

IANNI, Octávio. Dialética e capitalismo: Ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1988.

LARAIA, Roque de B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

PESSOA, Jadir de M. Saberes em festa: gestos de ensinar e aprender na cultura popular. Goiânia: Editora da UCG/Kelps, 2005.

RIBEIRO JÚNIOR, Jorge Cláudio N. A festa do povo: pedagogia de resistência. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVA, Affonso M. Furtado da. Reis Magos: história, arte, tradições: fontes e referências. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2006.

TURNER, Victor W. O processo ritual. Petrópolis: Vozes, 1974.

Nota:

Professor na Universidade Federal de Goiás. Membro da Comissão Goiana de Folclore. Consultor desta série.